



GESTÃO PÚBLICA BRASIL  
CONHECIMENTO QUE TRANSFORMA

# A NOVA ESTRUTURA LEGAL DAS CONTRATAÇÕES DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA: ATUALIZAÇÕES NA LEI Nº 14.133/2021

ANÁLISE PRÁTICA DAS MUDANÇAS E IMPACTOS  
NA ROTINA DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS



# CRONOGRAMA



28, 29 E 30 DE MAIO DE 2025



CURITIBA – PARANÁ

28/05/2025 – QUARTA-FEIRA

08:00 às 12:00

Credenciamento dos participantes: 08:00 às 09:00

## MÓDULO 1

### INTRODUÇÃO À LEI Nº 14.133/2021 E SUA APLICAÇÃO NOS SERVIÇOS DE OBRAS E ENGENHARIA

- Principais alterações para contratação de serviços de obras e engenharia na lei 14.133/2021;
- Apresentação das normas jurídicas atualizadas;
- Análise prática das mudanças e impactos na rotina dos órgãos públicos;
- Diferença entre obras e serviços de engenharia: conceitos e objetivos;
- Legislação aplicável e fase preparatória;
- Obras e serviços comuns vs. especializados;
- Fases do processo de contratação: visão geral e condições;
- Objetivos das contratações públicas na engenharia;
- Fase preparatória: etapas, cuidados, obrigatoriedades e vedações;
- Participação dos servidores no processo;
- Papel dos especialistas técnicos e da assessoria jurídica;
- Regimes de execução de obras: tipos, características e impactos;
- Modelagem BIM nas obras públicas brasileiras.

**28/05/2025 - QUARTA-FEIRA**

**14:00 às 17:00**

## **MÓDULO 2**

### **DOCUMENTOS TÉCNICOS E ANEXOS DO EDITAL**

- O Estudo Técnico Preliminar, anteprojeto, projeto básico e projeto executivo;
- Projeto "as built": conceito e importância;
- Elementos do projeto básico: memorial, encargos, especificações;
- Cronograma físico-financeiro: estrutura e utilidade;
- Aplicação prática do BIM e tecnologias similares;
- Responsabilidades na elaboração dos documentos técnicos;
- Requisitos legais dos anexos do edital;
- Impacto da qualidade do projeto nos resultados do contrato;
- Alinhamento técnico entre o projeto e o objeto licitado;
- Integração entre planejamento e execução da obra.

**29/05/2025 - QUINTA-FEIRA**

**08:30 às 12:00**

### **MÓDULO 3**

#### **ELABORAÇÃO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**

- Regras da Lei nº 14.133/2021 adaptadas à engenharia;
- Inovações legais nas contratações de obras públicas;
- Orçamento estimado: composição, preços e BDI
- Referenciais oficiais de preços e alternativas permitidas;
- Cronograma físico-financeiro: definição de limites;
- Exigência de visita prévia: regras e cuidados;
- Critérios técnicos na definição do edital;
- Especificações técnicas: clareza, precisão e legalidade;
- Riscos na contratação e como tratá-los no edital;
- Compatibilidade entre projeto, orçamento e edital.

29/05/2025 – QUINTA-FEIRA

14:00 às 17:00

## MÓDULO 4

### CERTAME LICITATÓRIO

- A Publicidade do certame: prazos e divulgação;
- Julgamento das propostas: critérios, vícios e diligências;
- Preços inexequíveis e sobrepreço: análise e prevenção;
- Qualificação técnica: requisitos, documentos e relevância;
- Definição das parcelas relevantes técnica e financeiramente;
- Qualificação econômico-financeira: garantias, capital e índices;
- Garantias adicionais: quando e como exigir;
- Recursos: prazos, formas e contrarrazões;
- Fase externa do processo: boas práticas;
- Segurança jurídica no julgamento e habilitação.

**30/05/2025 – SEXTA-FEIRA**

**08:00 às 10:30**

## **MÓDULO 5**

### **GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

- A Contrato administrativo: conceito e formalização;
- Cláusulas essenciais e convocação para assinatura;
- Prazos de execução e vigência: regras e prorrogações;
- Fiscalização contratual: designação de fiscais e gestor;
- Responsabilidades do gestor e dos fiscais;
- Acompanhamento e medição da execução contratual;
- Alterações contratuais: acréscimos, supressões e limites;
- Equilíbrio econômico-financeiro e reajustamentos;
- Subcontratação: regras e cuidados;
- Rescisão contratual, sanções e responsabilidades pós-obra;
- Pagamentos e finalização da obra.

# METODOLOGIA

O curso abordará de forma detalhada as principais atualizações introduzidas na Lei nº 14.133/2021 no que se refere especificamente às contratações de obras e serviços de engenharia. Serão discutidos os novos parâmetros para elaboração de projetos, as exigências legais para a fase preparatória, os critérios atualizados de julgamento, as mudanças nos regimes de execução contratual e as inovações relacionadas à fiscalização e à gestão contratual.

O curso será desenvolvido com base em metodologia técnico-jurídica aplicada, voltada à capacitação, formulação, análise, condução e fiscalização de processos licitatórios no âmbito da administração pública. A modalidade presencial favorece a interação entre os participantes, permitindo a contextualização do conteúdo com a realidade institucional dos órgãos públicos.

A condução das aulas será realizada por meio de exposições dialogadas, com fundamentação teórica articulada à análise prática de casos reais, destacando dispositivos legais da Lei nº 14.133/2021, jurisprudência consolidada, pareceres técnicos e experiências de órgãos de controle. A professora promoverá a construção conjunta do conhecimento, a partir da apresentação de exemplos, questionamentos direcionados e resolução de dúvidas específicas trazidas pelos participantes.

Como parte da estratégia pedagógica, serão realizadas oficinas práticas presenciais em que os participantes serão organizados em grupos de trabalho para simular procedimentos de contratação pública, tais como a elaboração de estudos técnicos preliminares, projetos básicos, cronogramas físico-financeiros, orçamentos e minutas de editais. Essa dinâmica permitirá exercitar habilidades técnicas e jurídicas essenciais ao desempenho eficiente das funções públicas relacionadas a obras e serviços de engenharia.

Complementarmente, o curso incorporará dinâmicas participativas, como debates dirigidos sobre temas e decisões do Tribunal de Contas da União e discussão de boas práticas na aplicação da nova legislação. Essa abordagem busca fortalecer a compreensão normativa, promover segurança jurídica e estimular a adoção de condutas administrativas alinhadas aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e transparência.

Dada a complexidade técnica, jurídica e administrativa envolvida nas contratações de obras e serviços de engenharia, a metodologia do curso também se orienta pela necessidade de reforçar a compreensão quanto às responsabilidades legais atribuídas aos agentes públicos. A atuação desses profissionais exige elevado grau de diligência, especialmente nas fases de planejamento, elaboração de projetos, definição de critérios licitatórios e fiscalização da execução contratual. Erros ou omissões em qualquer etapa do processo podem gerar prejuízos ao erário, responsabilizações pessoais e consequências institucionais graves. Assim, o curso enfatiza a importância do domínio normativo, da tomada de decisão fundamentada e da adoção de boas práticas administrativas como instrumentos essenciais para garantir a regularidade, a eficiência e a integridade das contratações públicas

# PÚBLICO ALVO

A promulgação da Lei nº 14.133/2021 inaugurou um novo marco legal para as contratações públicas no Brasil, novas regras, sobretudo nas contratações que envolvem obras e serviços de engenharia — áreas tradicionalmente marcadas por elevada complexidade técnica e sensibilidade orçamentária que exigem elevada capacidade técnica.

Em vista disso, o curso é direcionado a presidentes de câmaras municipais, vereadores, prefeitos, secretários municipais e demais agentes políticos, bem como a diretores de câmaras, assessores parlamentares, servidores públicos concursados, engenheiros, arquitetos, técnicos em edificação, topógrafos, fiscais de contratos e profissionais que atuam em setores estratégicos da administração pública municipal.

Estão incluídos contadores públicos, procuradores jurídicos, assessores jurídicos, controladores internos, especialistas em recursos humanos, profissionais de tecnologia da informação, técnicos legislativos, ouvidores, auxiliares administrativos, membros de comissões de licitação, pregoeiros e gestores de planejamento de compras, entre outros cargos vinculados às estruturas organizacionais dos Poderes Executivo e Legislativo municipal.

# OBJETIVO GERAL

O curso visa apresentar as Novas Regras para Licitação de Obras e Serviços de Engenharia, e tem como objetivo geral capacitar agentes públicos para atuarem com segurança, eficiência e conformidade jurídica nas contratações públicas de obras e serviços de engenharia, à luz das disposições da Lei nº 14.133/2021. A proposta é proporcionar uma formação técnica aprofundada que permita aos participantes compreenderem e aplicarem corretamente os instrumentos legais, técnicos e administrativos exigidos na nova legislação com base nas suas principais atualizações.

Pretende-se que os participantes desenvolvam a capacidade de interpretar e operacionalizar cada uma das fases da contratação pública; da fase preparatória à gestão e fiscalização contratual, com especial atenção às mudanças estruturais introduzidas pelas atualizações. O curso permitirá reconhecer as diferenças entre os regimes de execução, avaliar a viabilidade dos projetos, definir critérios adequados de julgamento e compreender as exigências de qualificação técnica e econômico-financeira.

Além disso, busca-se promover a compreensão integrada entre os aspectos jurídicos, técnicos e operacionais das licitações de engenharia, abordando de forma prática e contextualizada os principais desafios enfrentados na rotina dos órgãos públicos. Serão tratados temas como planejamento eficiente, elaboração de projetos básicos, composição orçamentária, fiscalização da execução contratual e gestão de riscos, sempre alinhados à jurisprudência atual dos tribunais de contas.

O curso também objetiva fortalecer a responsabilidade institucional dos agentes públicos, destacando os limites legais de atuação e os riscos associados a falhas nos processos licitatórios. Espera-se que, ao final da formação, os participantes estejam aptos a adotar decisões fundamentadas, a aplicar controles internos eficazes e a conduzir contratações públicas com integridade e foco nos princípios da legalidade, eficiência e economicidade.

Por fim, o curso visa fomentar a cultura da governança nas contratações públicas, capacitando os participantes não apenas a cumprir as exigências legais, mas a contribuir ativamente para a melhoria da qualidade das obras públicas e para a proteção do interesse público. A formação proporcionará uma base sólida para que os órgãos e entidades públicas possam estruturar seus processos de contratação de forma mais técnica, segura e orientada a resultados.

# PALESTRANTES



## BÁRBARA DAYANA BRASIL

Pós - Doutorado em Direitos Fundamentais e Democracia pelo Centro Universitário Autônomo do Brasil (UniBrasil). Doutorado em Direito Público pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (FDUC/Portugal) com classificação "com distinção por unanimidade" e revalidação no Brasil pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestrado em Ciências Jurídicas pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Especialização em Direito Administrativo pelo Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar (IDRFB). Autora das obras "Direitos Humanos e Investimento Estrangeiro: perspectivas para interação", publicada pela Editora Lumen Juris e "Parcerias Público-Privadas: desafios aos direitos fundamentais e democracia", publicada pela Editora Dialética. Co-organizadora da obra "Estado, Direito Administrativo e Concretização de Direitos Fundamentais", publicada pela Editora Íthala. Atuou como docente no âmbito da graduação nas disciplinas de Direito Administrativo, Direito Constitucional, Direito Internacional Público, Direitos Humanos e Ciência Política.

Atuou como docente no âmbito da pós-graduação lato sensu nas disciplinas de Compras Públicas de Inovação (PUC/PR) e Serviços Públicos, Atividade de Fomento e Parcerias Estatais (Escola Paranaense de Direito). Atuou como docente no âmbito da pós-graduação stricto sensu (mestrado) na disciplina de Tópicos Avançados de Direitos Fundamentais, Estado e Democracia: Privatização dos Direitos Fundamentais. Área de Concentração: Direitos Fundamentais e Democracia Linha de Pesquisa: Constituição e Condições Materiais da Democracia. Membro da Academia Brasileira de Direito Internacional (ABDI). Membro do Instituto Paranaense de Direito Administrativo (IPDA). Membro do Infra Women Brasil (IWB). Advogada. Palestrante. Consultora. Tem experiência na área do Direito, com ênfase em Direito Administrativo, Direito Constitucional, Direito Municipal e Direito Internacional Público.

# INVESTIMENTO

R\$ 2.190,00

## O QUE ESTÁ INCLUSO NO VALOR DA INSCRIÇÃO?

 **Curso presencial, com carga horária de 16 horas**

 **Apostila**

 **Material prático impresso**

 **Coffee break**

 **Certificado**

Obrigatório **cadastro e registro biométrico** facial para controle de frequência.

Emissão de **certificado com carga horária** cursada conforme registro de presença por biometria facial.

O participante receberá uma consultoria online pós curso **gratuitamente**, via WhatsApp, e-mail ou telefone, durante 30 dias sobre o tema do curso.

# **SOBRE A EMPRESA**

## **GESTÃO PÚBLICA BRASIL**

Registrada no Conselho Federal e no Conselho Regional de Administração do Estado do Paraná sobre o número 03267/CRA-PR.

Notória Especialidade Técnica publicada no Diário Oficial da União. Seção 3 ISSN 1677-7069 N° 30, em 12/02/2025, PÁG.417. Código Localizador: 05302024021600159.

Certidão disponível em nosso site:  
<https://gestaopublicabrasil.com.br/certidoes/>

## **FALE CONOSCO**

 [gestaopublicabrasilcursos@gmail.com](mailto:gestaopublicabrasilcursos@gmail.com)

 (41) 9 9786-5376

 [www.gestaopublicabrasil.com.br](http://www.gestaopublicabrasil.com.br)

 [gestaopublicabrasil\\_cursos](https://www.instagram.com/gestaopublicabrasil_cursos)

## **DADOS BANCÁRIOS**

### **BANCO SICOOB**

AGÊNCIA: **4340**

CONTA CORRENTE: **191053-1**

### **CHAVE PIX**

CNPJ: **40.178.961/0001-05**

## **LOCAL**

**HOTEL GRANVILLE**

RUA CLOTÁRIO PORTUGAL, 35 – CENTRO

CURITIBA – PR

**INSCRIÇÕES ABERTAS!  
FALE CONOSCO E GARANTA SUA VAGA!**



**GESTÃO PÚBLICA BRASIL**  

---

**CONHECIMENTO QUE TRANSFORMA**

DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS À  
GESTÃO PÚBLICA BRASIL LTDA

OBRA PROTEGIDA PELA LEI Nº 9.610/1998